

Aliança da oligarquia, políticos e empresários

por Claudia Safatle de Brasília

"Não queremos Fujimoris no Brasil. Não queremos." Num pronunciamento eminentemente político, seguido de debates, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, procurou mostrar que nunca as condições técnicas estiveram tão favoráveis para a estabilização da moeda.

As reservas cambiais estão em US\$ 27 bilhões, o superávit da balança comercial neste ano aponta para US\$ 15 bilhões, a economia de mercado funciona. Em poucos momentos da história, no entanto, o País esteve tão carente de mudanças, de decisões.

Em resposta a uma indagação do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) o ministro foi claro: o segundo tempo (da desindexação) depende desta Casa, do Congresso Nacional. Feito isso (o ajuste fiscal), o governo sabe o que fazer e vai fazer, para que a inflação caia. Temos todas as condições técnicas para resolver essa questão. Falta apenas uma, que é a questão política (viabilizar o equilíbrio operacional das contas públicas em 1994)".

Nesse sentido, a crise que imobiliza o Congresso Nacional e ata o Executivo (ver acima) não é de todo má. Para o ministro, ela é até "positiva porque está arrebatando um sistema político que traz, em si, as distorções do orçamento, da distribuição regional de recursos, do controle do gasto público". Um sistema "montado num regime clientelista, que não interessa mais à sociedade".

O debate, que durou cerca de seis horas, foi tranquilo, e o momento de maior exaltação foi a intervenção do líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), que fez um apelo dramático para um entendimento mínimo para tocar a revisão constitucional.

O ministro chamou a atenção dos senadores para a necessidade da revisão constitucional, apesar das enormes dificuldades criadas pela crise marcada, agora, pelos trabalhos da CPI do Orçamento e manipulação de verbas do orçamento da União. A própria ausência de canais decisórios comprometeria a democracia.

(Ver página 6)

Página 6

• Política

SENADO

Aliança da oligarquia, ...

por Claudia Safatle de Brasília

(Continuação da 1ª página)

e não para emperrar decisões" e alertou para a urgência de remoção da paralisia. "É preciso que sejamos capazes de criar um sistema de decisão que faça o que o País precisa."

As mudanças não se restringem a questões econômicas. "O modelo pelo qual se decide o gasto público embute um pacto de velhas elites regionais que tem um pé no Legislativo e um pé no Executivo. O atual sistema eleitoral e partidário consagra uma aliança entre grupos de poder que têm sustentação em práticas orçamentárias distorcidas. É chegada a hora de quebrar esta aliança entre oligarquias regionais, setores políticos partidários, grupos empresariais e funcionários. Uma aliança que transborda nos ralos da corrupção."

O ministro referia-se às reformas essenciais que deveriam ser aprovadas na revisão constitucional. "Para isso, faço um apelo para que os trabalhos do Congresso revisor não sofram atrasos ou interrupções." Se isso não for possível, adiantou o ministro, "proporemos medidas de emergência que nos permitam chegar ao almejado equilíbrio" das contas de 1994, cujo déficit operacional, conforme tabela apresentada pelo ministro, seria de 5,46% do PIB (e não 6 ou 6,5% do PIB, como estava mencionado recentemente), o que representa US\$ 26,3 bilhões.

"Mantido o atual quadro fiscal, a política econômica, ao longo de 1994, estaria prisioneira do dilema de escolher entre monstruosa recessão, produto dos juros elevadíssimos que seriam necessários para financiar o Tesouro, ou a hiperinflação decorrente da fuga da moeda", com consequências imprevisíveis para a estabilidade política e institucional, como consta do texto divulgado pelo ministro, mas que não foi seguido durante seu pronunciamento.

Falta pouco para chegar à estabilidade da moeda, garantiu Fernando Henrique. "Mas falta o essencial: aprovar e executar um orçamento equilibrado e que ele seja expressão da ruptura com o desperdício, com clientelismo e com a corrupção."

Da revisão, o ministro

considera necessário alterar o grau de vinculação das receitas da União; a distribuição de competências entre União, estados e municípios; as normas sobre funcionalismo público; o sistema tributário e previdenciário; e o regime de monopólios, dando-lhe maior flexibilidade.

Da reforma tributária, ele não espera um novo modelo, mas "apenas criar melhores condições para o funcionamento do Estado e a administração das finanças públicas". Uma reforma profunda, nessa área, só deveria ser feita após a estabilidade macro econômica.

Se o equilíbrio fiscal é necessário, ele não é, contudo, suficiente para derrubar a inflação. A segunda fase — o que Fernando Henrique chamou de "paulada" na inflação — não tem mistério. "Existem vários caminhos para a desindexação, meus assessores conhecem isso muito bem", mas a adoção de um deles dependerá de um equilíbrio fiscal sustentado.

Esse é o plano, essa é a estratégia da equipe econômica. Respondendo ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o ministro garantiu que não tem nenhum compromisso com provisões como "dolarização" ou criação de um "currency board". "O governo tem plano. Vai pelo caminho mais árduo, porém mais consistente." E sinalizou: "Temos mecanismos — nenhum coercitivo — capazes de induzir a uma queda rápida da inflação", mas não antes do ajuste das contas do Estado.

CRESCIMENTO COMPROMETIDO

Há sinais, hoje, de arrefecimento no ritmo de crescimento econômico. Esse é um dado preocupante para o governo. "Não cedemos à tentação de perseguir o crescimento a qualquer custo. O crescimento sustentado exige que se obtenham, primeiro, as condições de estabilidade de preços", avisou.

Chamou de "ilusos" os que defendem simplesmente que o governo bote os pés no acelerador. Isso só serviria para produzir a hiperinflação.

INFLAÇÃO

As projeções, segundo o ministro, indicam que a inflação não ultrapassará a marca mensal dos 36% neste ano.